ABRIL/MAIO/2022

SINTESPE

CUT

Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de SC

Endereço para correspondências e envios de documentos

SINTESPE
Caixa Postal 143
Centro - Florianópolis/SC
CEP 88010-970

PLANTÃO PERMANENTE: WhatsApp (48) 9 9833-3355 ou 3223-6097, via e-mail: sintespe@sintespe.org.br e mídias sociais

O QUE FEZ O SINTESPE PELO FIM DO CONFISCO

- Realizou Atos na frente do Tribunal de Justiça
- Vigílias na frente da Alesc
- Audiência Pública na Alesc
- Promoveu passeatas
- Denunciou isenções fiscais bilionárias concedidas pelo governo aos empresários sonegadores
- Denunciou o desvio de R$ 400 milhões dos cofres estaduais para bancar obras do governo federal
- Impetrou mandados de segurança e representação junto à Procuradoria de Justiça
- Impetrou Ação para suspender o confisco. No dia 4 de fevereiro desse ano, o juiz Jefferson Zanini atendeu o pedido formulado pelo SINTESPE para que o desconto voltasse a ser feito somente a partir do teto da Previdência. A medida, em caráter liminar, foi derrubada duas semanas depois
- Impetrou Ação para que a contribuição dos aposentados e pensionistas portadores de doença grave volte a ser feita a partir do valor que excedesse a duas vezes o teto da Previdência (hoje em R$ 14.174,44) e não sobre o teto (R$ 7.087,22). Pedido foi injustamente indeferido
- Ingressou como amicus curiae (amigo da corte), enquanto interessado na ADI 7026.

CANCELA O CONFISCO JÁ!

SINTESPE segue na luta para acabar com esse roubo do governo Moisés contra os servidores aposentados e pensionistas

O pedido de vistas formulado pelo ministro Luís Roberto Barroso suspendeu o início da tramitação da Ação Direta de Inconstitucionalidade 7026, no Supremo Tribunal Federal (STF), no dia 28 de abril.

A Ação, ajuizada por diversas entidades sindicais de defesa dos servidores, tendo o SINTESPE como “amicus curiae”, pede o cancelamento do confisco de 14% nos benefícios de aposentados e pensionistas do Estado de SC.

A ministra relatora, Carmén Lúcia, já deu o voto contrário à ADI e aos servidores.

O presidente Antônio Battisti acompanhou tudo de perto em Brasília, conclamou a categoria a enviar mensagens e pressionar os ministros, e segue na luta. “Não tá morto quem peleia”.

O escritório Advocacia Garcez, que assessora o SINTESPE em Brasília, fez a sustentação oral da ADI perante ao STF para comprovar o confisco, que obriga aposentados e pensionistas a voltarem a contribuir com 14% sobre o valor que ultrapassar a um salário mínimo (R$ 1.212,00), enquanto servidores aposentados pelo Regime Geral (RGPS) recolhem sobre o teto da Previdência, de R$ 7.087,22. Trata-se de um “imposto para arrecadar bens que são dos contribuintes, e isso é vedado pela Constituição Federal”, defendem os advogados do SINTESPE, "o governo do Estado não apresentou o cálculo atuarial que justifique o confisco".

PROVENTOS E PENSÕES SEM PARIDADE TÊM REAJUSTE DE 29%

O IPREV reajustou em 29% os proventos dos servidores e pensionistas que não contam com o benefício da paridade remuneratória. Nessa situação estão, na maioria, os servidores admitidos a partir de janeiro de 2004 e os compulsoriamente aposentados aos 75 anos de idade sem ter o tempo de serviço exigido pela lei.
Há cinco anos, o SINTESPE vinha ingressando com ações judiciais para garantir a paridade do reajuste dos servidores estaduais aposentados e pensionistas ao índice de reajuste daqueles que estão na ativa, sem que o judiciário catarinense se pronunciasse a respeito do assunto.
"Na prática esse reajuste de 29% chega pela metade, pois desde novembro do ano passado os aposentados e pensionistas sofrem o confisco de 14% imposto pelo governador Moisés, com o aval e voto de 29 deputados e deputadas estaduais", critica o presidente do SINTESPE, Antônio Battisti.

SERVIDORES DA SAP SERÃO RESSARCIDOS

Os servidores da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) irão finalmente receber a Indenização Operacional Horas Extras no adicional noturno, férias e demais licenças remuneratórias (Processo n° 03269272720148240023), além das progressões de carreira e licença-prêmio suspensas durante a pandemia de Covid 19. A garantia foi dada pelo secretário Edemir Alexandre Camargo Neto, no dia 28 de abril, durante audiência com o diretor de Comunicação do SINTESPE e servidor da SAP, Wolney Chucre, o policial penal Sandoval Miguel e o Agente Socioeducativo, Sebastião Amorim.
A Ação foi ajuizada pelo Sindicato em agosto de 2014, porque as horas extras eram pagas como verbas indenizatórias, e não como verbas remuneratórias. E somente no dia 23 de fevereiro desse ano, o SINTESPE obteve ganho de causa.
"Nunca deixamos de acreditar na vitória", comemora Wolney Chucre. Para se habilitarem a receber os valores da indenização, os servidores da SAP têm que encaminhar ao SINTESPE, com urgência, as fichas financeiras do período referente a junho de 2009 até maio de 2016, quando entrou em vigor a Lei 675, que corrigiu aquele erro.

GOVERNO MOISÉS REDUZ VALOR DO ADICIONAL NOTURNO

Servidores do Porto de São Francisco do Sul e do Hospital Militar enfrentam, desde o início do ano, a redução no pagamento do horas noturnas. Há casos em que essa redução chega a 70%. O Sintespe está pedindo a correção desse absurdo, pois constitui redução da remuneração dos servidores que trabalham aos sábados, domingos, feriados em escala de plantão no período noturno, das 22h às 6 horas. O Estatuto dos Servidores assegura o recebimento das horas noturnas com o acréscimo de 25% sobre a remuneração, enquanto a SEA passou a impor o pagamento sobre o vencimento base, com valor inferior ao salário mínimo nacional, outro absurdo. Servidores que se encontram nessa situação devem procurar o Sintespe com urgência.

PROGRESSÕES DA CARREIRA

Outra Ação ajuizada pelo SINTESPE diz respeito aos servidores da SAP que tiveram suspensas as progressões de carreira, ao se candidatarem a cargos eleitorais, e que passam a ter esse direito ainda este ano. Por último, durante a audiência, o SINTESPE tratou das leis federais 173 e 191, que dizem respeito à contagem de tempo de serviço para os benefícios que delas decorrem, tais como progressão e licença prêmio. A SAP aguarda parecer da Procuradoria Geral do Estado sobre o assunto.

SINTESPE PRESTA APOIO AOS SERVIDORES DO PORTO DE IMBITUBA

Durante todo o ano passado os trabalhadores portuários de Imbituba e São Francisco do Sul resistiram a todas as ameaças de privatizações vindas dos governos do Estado e Federal. Passado o maior tormento, agora pesa sobre os servidores e servidoras do Porto de Imbituba inquéritos administrativos deixados por ex-gestores da autoridade portuária, com objetivo de perseguir membros de Comissões Técnicas, inclusive com boatos recomendando demissões.
A sobrecarga de trabalho é outro problema que tem levado os servidores ao limite, pois a eles são delegadas atribuições extras que se acumulam nos mais diferentes departamentos.

O SINTESPE vem recebendo o apoio da CUT e dos principais Sindicatos de SC, pois há indícios de afronta às normas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que tem o Brasil como signatário.
O SINTESPE conta com a assessoria direta do médico do Trabalho, Roberto Ruiz, no preparo de um relatório quanto à saúde de trabalhadores que, sujeitos a uma clima de ameaças veladas, acabam adoecendo em uma escala nunca vista.
"Vamos buscar o diálogo com o presidente do Porto, reivindicando o fim do clima de animosidade e as ameaças. É contraditório o fato de o Porto se destacar na movimentação de cargas, batendo metas, ganhando espaço no cenário nacional e, ao mesmo tempo, o ambiente de trabalho no caminho oposto", critica o presidente do SINTESPE, Antônio Battisti.

EM DEFESA DO

PORTO PÚBLICO

SOMOS CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES

O SINTESPE está presente em todas as frentes de batalha contra as privatizações e em defesa dos patrimônios do povo brasileiro ameaçados pelo governo federal: Sistema Eletrobrás, Petrobrás e Correios. E também luta ao lado dos servidores municipais de Florianópolis, em defesa da Comcap pública. No 1º de maio, Dia Internacional do Trabalhador, diretoria do SINTESPE participou do Ato Público ao lado do antigo Terminal Urbano, em Florianópolis, organizado pela CUT.

SINTESPE
SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL DE SANTA CATARINA
Publicação oficial que expressa a opinião e posicionamento da Diretoria Executiva do SINTESPE. Sede: Praça Olívio Amorim, 82 - Centro - Florianópolis/SC - CEP 88020-090 - Telefone (48) 3223-6097. Núcleo de Criciúma: (48) 2102-7330. Núcleo de Chapecó: (49) 3323-8638. Núcleo de Joinville: (47) 3026-5934. Núcleo de Lages: (49) 3229-0023. Núcleo de São Miguel do Oeste: (49) 3621-2696. Abril/Maio/2022. Impressão: Gráfica MG - Tiragem: 7.500 exemplares - Distribuição gratuita e dirigida. Sindicato é ferramenta de luta dos trabalhadores. Filie-se! www.sintespe.org.br sintespe.sc @sintespe.sc @sintespe (48) 99843-0267 sintespe@sintespe.org.br

SERVIDORES APROVAM CONTAS DA DIRETORIA

Os servidores associados presentes à Assembleia Geral Ordinária realizada no 28 de abril, no SINTESPE, em Florianópolis, aprovaram por unanimidade as contas da entidade referentes aos exercícios de 2019, 2020 e 2021. A Assembleia também deliberou sobre as estratégias de luta contra o confisco de 14% dos aposentados e pensionistas promovido pelo governo Carlos Moisés.

TODO APOIO À LUTA DO PISO SALARIAL DA ENFERMAGEM

O Projeto de Lei 2564 que cria o Piso Salarial para o profissional da Enfermagem está previsto para ser votado no dia 4 de maio pela Câmara dos Deputados, em Brasília. As entidades sindicais dos trabalhadores, especialmente dos servidores públicos, entre elas o SINTESPE, aguardam com expectativa que esse Projeto de Lei seja aprovado, uma conquista histórica da categoria.

A proposta estabelece o piso salarial do(a) Enfermeiro(a) em R$ 4.750,00, de 70% desse valor para os Técnicos de Enfermagem e de 50% para Auxiliares de Enfermagem e Parteiras. O SINTESPE esteve junto nessa luta e conclamou para que a categoria pressionasse os deputados federais, principalmente os catarinenses, pela aprovação do PL 2564.

SINTESPE REALIZA ELEIÇÕES SINDICAIS

O SINTESPE realiza nos dias 25 e 26 de maio as eleições sindicais para o triênio 2022/2025, visando a renovação de sua Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e dos Coordenadores de Núcleos Sindicais de Base Regional. Duas chapas estão inscritas para participarem do pleito, que será coordenado pela comissão escolhida para conduzir o processo: Sueli Sílvia Adriano (Presidente), Lírio José Téo (Secretário) e Hélio Samuel de Medeiros, como membros titulares; e André Luiz Alves, como suplente. Todos os sindicalizados poderão votar em urnas fixas e itinerantes, cujos endereços e locais de trabalho constam da página do SINTESPE (www.sintespe.org.br).